

Notícias

Bancárias

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC



ANO XXIII - Nº 947

www.bancariosabc.org.br

JUNHO DE 2017

MOBILIZAR PARA DEFENDER OS DIREITOS



**CONTRA AS REFORMAS
TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA.
NÃO À TERCEIRIZAÇÃO - NENHUM DIREITO A MENOS
GREVE GERAL DIA 30 DE JUNHO**

**Crítérios para
criação de
centros de
relocação são
discutidos com
Fenaban**

pág. 3

**Bancários do
Mercantil
repudiam
reestruturação**

pág. 3

**Banco do Brasil
não prorrogará
VCP dos
funcionários**

pág. 3

**Itaú defende
reformas e
esconde as
consequências**

pág. 4

**Campeonato
de Futebol
Society 2017**

pág. 4

Mobilizar para evitar retrocesso

A categoria bancária firmou em 2016 um acordo inédito em sua campanha salarial unificada, com validade de dois anos. A conjuntura adversa que os trabalhadores brasileiros vivem hoje, com ameaças e retirada de direitos históricos, vem comprovar o acerto desse acordo, mas é importante ter claro que isso não significa acomodação. Pelo contrário: os bancários devem, sim, reforçar sua organização e mobilização para evitar retrocessos e avançar como categoria e cidadãos.

É assim que, neste mês de junho, acontecem encontros de funcionários de bancos privados e também dos empregados da Caixa e do BB (veja detalhes nesta edição). Além das questões específicas de cada instituição, as pautas incluem um posicionamento político das entidades representativas da categoria, pois nesse momento a omissão é tão perigosa quanto os ataques que vêm sendo promovidos pelo governo golpista. No caso da Caixa e Banco do Brasil, reforça-se a necessidade de manutenção do banco público, para que possa cumprir seu papel social no desenvolvimento do País.

Também nesse momento cresce a reivindicação pelas eleições diretas, as Diretas-Já, um movimento que começa a ganhar força e que, para o Sindicato, deve abranger não só a votação dos brasileiros para o cargo de presidente da República, mas também para deputados federais e senadores, renovando de fato o Congresso Nacional.

Belmiro
Moreira
- Presidente
do Sindicato

Categoria

Defesa de direitos e não às reformas pautam encontros de trabalhadores bancários neste mês

Empregados de bancos públicos e privados se reúnem em SP para elaborar estratégias de resistência aos retrocessos do governo Temer

Emprego, saúde e condições de trabalho são questões que sempre estiveram na pauta do movimento sindical e, nesse momento, ganham ainda maior atenção, já que está em curso uma reforma trabalhista que pode jogar no lixo muitos dos direitos conquistados ao longo de décadas. Para organizar a mobilização contra esse retrocesso e fortalecer a luta da categoria bancária acontecem nesse mês de junho dois eventos: o Encontro Nacional dos Funcionários dos Bancos Privados e o Encontro Estadual dos Empregados da Caixa.

O primeiro terá início em 6 de junho, em São Paulo, e reunirá representantes dos bancários do Itaú, Bradesco, Santander, Banco Mercantil do Brasil e Bic Banco. Os debates e elaboração de estratégias para proteção dos direitos dos trabalhadores terão como reforço a apresentação de um estudo comparativo sobre os balanços das empresas no terceiro trimestre



deste ano, produzido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, o Dieese.

Já o encontro dos empregados da Caixa acontece em 10 de junho, também em São Paulo. As propostas que serão apresentadas foram definidas durante assembleias realizadas pelo País – a do Sindicato aconteceu na noite de segunda, 5, após o fechamento desta edição. De modo geral, porém, estão entre as questões preocupantes a ameaça de

privatização, perdas de direitos e funções e redução do quadro de funcionários. O encontro é preparatório para o Conecef, o congresso nacional dos empregados do banco, programado para ocorrer de 30 de junho a 2 de julho.

Nova greve geral - O Sindicato destaca que a participação dos bancários nesses encontros é fundamental, porque a atual conjuntura é de embate e há clara preferência do governo Temer em ouvir e beneficiar apenas o setor empresarial, reduzindo ou mesmo acabando com conquistas históricas da classe trabalhadora.

Além de questões específicas por banco (veja mais detalhes no site do Sindicato – www.bancariosabc.org.br), a política privatista do governo e as denúncias crescentes de corrupção têm resultado em grandes manifestações e protestos nacionais, como o que ocor-

reu em 28 de abril, quando o País parou.

Uma nova greve geral está sendo programada pelas centrais sindicais e pelo movimento social para o próximo 30 de junho.

Segundo o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, além de protestar contra as reformas trabalhista e da Previdência, esta greve terá como acréscimo a bandeira das Diretas-Já. “Todas as nossas pautas, incluindo as reformas, tratam da democracia, porque democracia pressupõe igualdade de condições, e tanto os ataques à aposentadoria quanto o roubo dos direitos trabalhistas desequilibram as relações entre os mais ricos e os mais pobres, patrões e trabalhadores. Acreditamos que essa ideia está chegando à sociedade e o primeiro passo é impedir que o povo seja excluído da escolha sobre quem comandará o País. Portanto, o primeiro passo é Diretas-Já!”, afirmou.



Negociação

Começa discussão de critérios para criação de centros de realocação

Comando Nacional dos Bancários e Fenaban debateram esses e outros itens em encontro no último 30 de maio

A mais recente negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, em 30 de maio passado, resultou em avanços na elaboração de critérios para criação de centros de realocação e requalificação gerais voltados à categoria. O objetivo dos centros é proteger bancários atingidos por processos de reestruturação organizacional ou mudanças tecnológicas que criem a necessidade de novos conhecimentos. Sua criação foi uma das principais conquistas negociadas na campanha do ano passado, resultando na cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2016/2018.

Outro ponto debatido foi o adiantamento emergencial de salários nos períodos transitórios de afastamento por doença, garantido pela



cláusula 65 da CCT. Pelo acordo, por um período de 120 dias os bancos têm de manter o pagamento aos funcionários afastados para tratamento de saúde. O direito é garantido ao bancário que, apesar de ter sido considerado apto pelo perito do INSS, seja considerado inapto pelo médico do trabalho do banco; comprove ter apresentado o Pedido de Reconsideração junto ao INSS e comprove o agendamento da primeira perícia médica a ser realizada pelo INSS.

A Fenaban também apresentou como ponto de discussão a cláusula 37, que trata do monitoramento de resultados. A cláusula veda a publicação de *ranking* individual e a cobrança de resultado pelos gestores por meio de mensagens eletrônicas e no telefone particular dos trabalhadores. A preocupação do Comando, caso a cláusula seja alterada, é com a exposição dos trabalhadores. Uma nova reunião, ainda sem data, vai dar continuidade aos debates sobre essas cláusulas.

Banco do Brasil

Banco afirma que não prorrogará VCP dos funcionários

A verba é um complemento que garantia os salários dos funcionários prejudicados pela reestruturação

Em mais uma das rodadas de negociação sobre a reestruturação entre a Contraf-CUT e o Banco do Brasil, o banco afirmou que não prorrogará a Vantagem de Caráter Pessoal (VCP) – verba que garantia o complemento salarial dos funcionários prejudicados pela reestruturação que extinguiu e cortou milhares de cargos no BB.

No início do mês o nú-

mero de bancários que não conseguiu a realocação e perderá os salários dos cargos anteriores chega a 2100, sendo que outros 1600 que estavam realocados em cargos inferiores também terão seus salários reduzidos.

Os representantes dos funcionários insistiram para que houvesse a prorrogação da VCP considerando que, em centenas de casos, a redução salarial será de mais de 70% das verbas

totais do funcionário.

Os representantes da Comissão de Empresa voltaram a cobrar do banco sobre as condições de trabalho nos locais que absorveram clientes de agências fechadas. Segundo os relatos dos sindicatos, muitas agências, mesmo que não tenham recebido carteiras de clientes, acabaram por receber um fluxo bem maior de clientes que o previsto, devido à proximidade geográfica.

Mercantil do Brasil

Bancários do BMB repudiam reestruturação e demissões no banco

Os funcionários do Banco Mercantil do Brasil, representados pelos Sindicatos, se reuniram com o banco e exigiram o fim imediato do processo de reestruturação, além de repudiarem o processo de demissões implantado pela empresa.

“Essa reestruturação do banco que transforma agências em Postos Avançados de Atendimento (PAAs) nada mais é do que um processo de demissão em massa disfarçado”, explica Belmiro Moreira, presidente do Sindicato.

As demissões ocorridas neste ano no BMB estão acima da média, e a grande maioria dos demitidos é formada por profissionais dos setores de retaguarda operacional e administrativa das agências que foram transformadas em PAAs, além de profissionais do setor de TI. “Esse processo de reestruturação do banco é perverso e deixa apreensivos os funcionários, com o iminente risco de demissão em

massa e a extinção de diversos cargos”, disse Belmiro.

O Mercantil alegou problemas de ordem financeira para justificar o processo de reestruturação. Segundo o banco, as demissões são consequências deste processo, que visa a sobrevivência da instituição no mercado. O Mercantil admitiu que a reestruturação se encontra em fase final, mas afirmou que podem ocorrer novos desligamentos.

Os representantes do funcionários do BMB já estão providenciando os estudos necessários para a contestação judicial do processo de reestruturação do Mercantil, baseado em premissas de resolução do Banco Central sobre o tema. Uma denúncia será encaminhada à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE/MG) e ao Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG), sobre os indícios de demissão em massa e extinção de postos de trabalho.

Veja detalhes da negociação no site do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

Congresso - Os bancários do Banco do Brasil realizam no início de julho o 28º Congresso Nacional dos Funcionários do BB. As discussões vão abordar temas como o desmonte do banco e reestruturação, defesa dos bancos públicos, conjuntura, saúde e previdência, entre outros.

divulgado.

Itaú

Comunicado do Itaú defende reformas e esconde suas consequências*Sindicato mostra exemplos que podem atingir diretamente a categoria bancária, caso essa reforma seja aprovada*

Os trabalhadores do Itaú receberam uma comunicação do banco sobre a reforma trabalhista. A comunicação passa a impressão de que o essencial dos direitos trabalhistas não sofrerá mudanças, o que não é verdade.

Essa reforma não foi discutida com a sociedade e foi aprovada em tempo recorde pela Câmara. Ela foi enviada à Câmara dos Deputados em dezembro de 2016, propondo a alteração de 8 artigos da CLT. Quatro meses depois foi aprovada pela Câmara, alterando mais de 100 artigos da CLT.

Essa reforma está sustentada em quatro pilares que levarão à precarização dos empregos atuais sem gerar mais empregos:

* Transformará os empregados diretos em terceirizados;

* Autorizará condições de trabalho inferiores às previstas na lei;

* Enfraquecerá o movimento sindical e o esfacelamento da categoria em razão da terceirização;

* Enfraquecerá a Justiça do Trabalho, que não poderá interferir nos direitos negociados. Ações que antes eram gratuitas passarão a ser um risco para o empregado, que arcará com as custas.

Vamos tratar dos exemplos que podem atingir diretamente a categoria bancária, caso essa reforma seja aprovada:

1 - Transformará os em-

pregados diretos em terceirizados - Atualmente, o que impede que a terceirização avance mais é a proibição da terceirização e da atividade-fim das empresas.

Com a reforma, qualquer área do banco poderá ser terceirizada, como a comercial, operacional, RH, TI, Jurídica etc. Nas agências, por exemplo, atingirá funções como as de gerentes, caixas, assistentes, tesoureiros etc.

2 - Autorizará a negociação de condições de trabalho inferiores às previstas na lei com sindicatos enfraquecidos - a reforma permitirá que um acordo feito com o sindicato, ou até mesmo com o próprio empregado, se sobreponha ao que a lei prevê. Hoje isso é proibido.

3 - Enfraquecimento da Justiça do Trabalho - A Justiça Gratuita será concedida somente para os que ganham até R\$ 2.200,00.

Assim, se o empregado ingressar com ações na Justiça do Trabalho, correrá o risco de pagar as custas da ação, os honorários advocatícios do advogado do banco, as perícias etc.

4 - CONCLUSÃO

Recentemente o copresidente do Conselho de Administração do Itaú, Roberto Setúbal, declarou que é impossível cumprir todos os detalhes da legislação trabalhista no Brasil, e que

ela não favorece a criação de empregos.

"O que o banco quer com essa reforma é legalizar todas as ilicitudes que ele comete ao não respeitar os direitos trabalhistas", avalia Belmiro Moreira, presidente do Sindicato. "Não atoa todos os bancos têm defendido as reformas trabalhistas e previdenciária pois sabem que são os grandes beneficiados", complementa.

A reforma, ao contrário do previsto por Roberto Setúbal, trará ainda mais "deshonramento" nos direitos. Não

teremos uma lei apenas, mas milhares, pois cada acordo irá gerar uma nova norma. Portanto, o argumento de que a CLT é muito detalhada, e que por isso deve mudar, não se sustenta.

A reforma tampouco irá gerar empregos, pois haverá um aumento na jornada de trabalho diante da sua total desregulamentação.

A reforma facilitará as dispensas e não as contratações. As empresas poderão realizar dispensas em massa, sem negociação. Terão os seus custos com a dispensa

diminuídos e não precisarão homologar as rescisões no sindicato.

O Brasil precisa retomar o seu crescimento econômico, pois isso é que gera empregos.

"A reforma trabalhista, da previdência e a terceirização só atende a um setor que é o mercado financeiro, fragilizando a organização e os direitos dos trabalhadores", finaliza o presidente do Sindicato.

Veja mais detalhes no site do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

Esportes**Estão abertas as inscrições para o Campeonato de Futebol Society Masculino e Feminino 2017**

As inscrições podem ser feitas pelo site para equipes masculina e feminina até dia 30 de junho

O Sindicato dos Bancários do ABC abriu as inscrições para o Campeonato de Futebol Society 2017.

Cada equipe, masculina ou feminina, poderá inscrever 13 atletas, sendo no mínimo 10 bancários sindicalizados e três não bancários – dois de linha e um goleiro (obrigatório). O valor da taxa de inscrição será de R\$ 200,00 por equipe formada só por bancários sindicalizados. No caso de equipes com não bancários será cobrado, além dos R\$ 200,00, mais R\$ 100,00 por atleta não bancário.

Se você não tiver equipe



formada e quiser participar do campeonato, mande seu nome, a posição em que joga e o seu contato, que ajudaremos a montar equipes.

As inscrições devem ser

feitas através do site do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

Mais informações pelo e-mail: esporte.cultura@bancariosabc.org.br ou pelo fone 4993-8299